



segunda-feira, 12 de janeiro de 2026



➔ [Consultor Jurídico](#) > [Áreas](#) > [Tributário](#) > Desafios e preparativos para a reforma tributária em 2026: o caminho das empresas brasileiras

OPINIÃO

Desafios e preparativos para a reforma tributária em 2026: o caminho das empresas brasileiras

[Caio Cesar Braga Ruotolo](#)


9 de janeiro de 2026, 18h14

Tributário

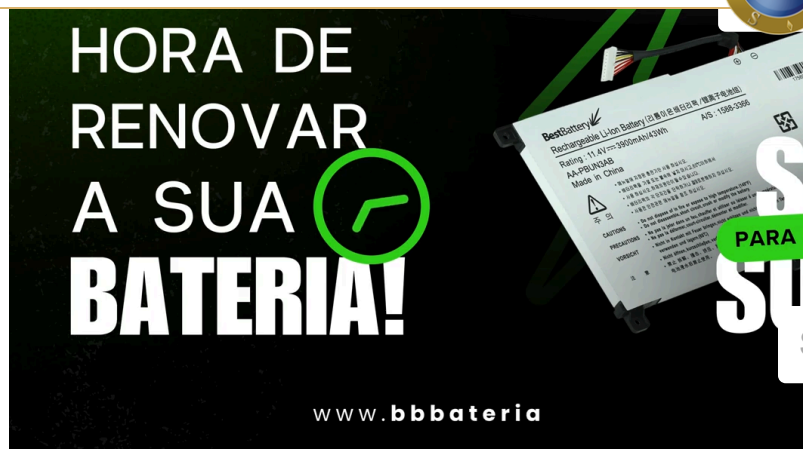
As empresas brasileiras enfrentam, neste ano, um importante período de transição em decorrência da reforma tributária, que introduz novos impostos e alterações nas regras fiscais. Desde o dia 1º de janeiro de 2026, passou a valer a obrigatoriedade de emissão de documentos fiscais eletrônicos com destaque para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esses novos tributos substituirão gradualmente os cinco impostos existentes: PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

As empresas deverão atualizar seus sistemas de emissão de notas fiscais para incluir os novos tributos. Em relação às diretrizes que já foram aplicáveis, é importante que as companhias adaptem seus documentos fiscais eletrônicos, que incluem Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônico (NFC-e) e Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), entre outros. Além disso, é necessário realizar treinamentos para suas equipes de faturamento e contabilidade quanto às novas regras e sistemas.

Durante o ano de transição, o CBS e o IBS terão apenas aspecto demonstrativo nas notas fiscais, sem cobrança efetiva, mas a implementação dos sistemas e a conscientização dos consumidores serão cogitadas durante esse período. As empresas também deverão estar atentas à necessidade de inscrição no CNPJ para pessoas físicas que sejam contribuintes da CBS e do IBS a partir de julho de 2026, embora isso não transforme uma pessoa física em jurídica.

Outro ponto importante é que as empresas deverão preparar e apresentar diversas declarações e documentos fiscais, em conformidade com as orientações da Receita Federal e normas pertinentes que ainda estão sendo definidas. Setores onde as mudanças na tributação afetam diretamente, como varejo, serviços e transporte, devem estar em alerta para as adequações em seus sistemas. Aqueles que cursam o Simples Nacional  também deverão tomar nota, já que o prazo maior.

[APOIO](#)



O ano de 2026 será marcado como um período de aprendizagem e adaptação. É fundamental que as empresas comecem a se preparar o mais rápido possível para evitar complicações e garantir que estejam em conformidade com a nova legislação tributária.

Período exigirá capacidade de adaptação

Importante destacar, ainda, que deixar para a última hora a adaptação às novas regras da reforma tributária pode acarretar riscos significativos para as empresas. Um dos principais problemas é a possibilidade de exclusão de notas fiscais. Se os sistemas de gestão não forem atualizados e uma nota fiscal emitida sem os novos tributos, a Secretaria da Fazenda pode rejeitar esse documento,

causando dificuldades para a realização de vendas. Sem nota fiscal, não há faturamento nem entrega, o que pode impactar diretamente o fluxo de caixa da empresa.

Além disso, o período de transição entre 2026 e 2033 exigirá uma capacidade contínua de adaptação, dado que o novo modelo coexistirá com o sistema atual. O não cumprimento de obrigações pode resultar em complicações contratuais, afetando preços e condições de contratos em vigor. Apesar de inicialmente não haver prejuízos severos para quem não se adequa, a falta de preparação pode levar a custos adicionais no longo prazo e a uma competitividade reduzida no mercado.

Os cuidados que as empresas devem adotar incluem o estudo detalhado da reforma e seus impactos no negócio, seguido de um diagnóstico para identificar as adequações necessárias. É necessário atualizar os sistemas de gestão para suas versões mais recentes, que incorporem as novas funcionalidades, e realizar os testes pertinentes antes do início da vigência das novas regras. Além disso, as equipes devem ser treinadas para compreendê-las e aplicá-las corretamente.

Portanto, iniciar o processo de adaptação o quanto antes é uma estratégia não apenas recomendada, mas fundamental para a sobrevivência das empresas no novo ambiente tributário. A antecipação permitirá que as organizações não apenas mantenham a conformidade, mas também aproveitem as oportunidades oferecidas.

Spacca





algumas possam resultar em consequências que comprometam a operação e o sucesso do negócio.

Caio Cesar Braga Ruotolo

é advogado tributarista em São Paulo, sócio do escritório Silveira Law, juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, consultor jurídico externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos Abimaq, Membro do Conselho de Assuntos Tributários da Fecomércio em São Paulo, ex- coordenador jurídico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ex-membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP e da Comissão de Assuntos Fiscais da CNI, pós-graduado com especialização em Direito Empresarial pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Direito Constitucional pela Escola Superior de Direito Constitucional e em Gestão de Recursos Humanos, com experiência consultiva e contenciosa nas áreas de Direito Tributário, Empresarial, Ambiental, Aeronáutico e crimes contra a ordem tributária.

VER COMENTÁRIOS

Tags: **Reforma tributária**

✉️ 📞 f in 🐦 ➦ [compartilhe](#)

Digite seu e-mail

RECEBER

! Encontrou um erro? **[Avise nossa equipe!](#)**

Leia também



OPINIÃO
Regras de utilização de créditos na transição do PIS/Cofins para a CBS



RETROSPECTIVA 2025
Em 2025, STF e ST enfrentaram tensões da transição para o IVA dual



OPINIÃO
CBS e IBS entram em teste, mas já podem redefinir a base do ICMS



OPINIÃO
Ano de 2025 foi especialmente produtivo em matéria tributária no STF



OPINIÃO
Inclusão do IBS/CBS na base d ICMS frustra objetivos da reforma



OPINIÃO
Incidência cumulativa do IBS/CBS em serviços viola neutralidade



OPINIÃO
Reforma tributária permite revisar contratos da construção civil?



OPINIÃO
Impossibilidade jurídica de antecipar a aprovação de dividendos





transição da
reforma tributária

IBS/CBS na base de
cálculo do ICMS



segunda-feira
12 de janeiro de 2026

Consultor Jurídico

Pesquisar



CONJUR

Quem Somos

Equipe

Fale Conosco

PUBLICIDADE

Anuncie na ConJur

Anuários Conjur

ESPECIAIS

Especial 20 anos

Especial 25 anos

PRODUTOS

Livraria

Anuários

Boletim Jurídico

Consultor Jurídico 2026. Todos os direitos reservados.
Rua Wisard, 23 – Vila Madalena - São Paulo/ SP - CEP: 05434-080

ISSN 1809-2829

www.conjur.com.br

